

COORDENAÇÃO
FÁBIO ANDRÉ GUARAGNI
MARION BACH

ORGANIZAÇÃO
FERNANDO MARTINS MARIA SOBRINHO

DIREITO PENAL ECONÔMICO

ADMINISTRATIVIZAÇÃO DO DIREITO
PENAL, CRIMINAL COMPLIANCE E
OUTROS TEMAS CONTEMPORÂNEOS

BOOKS BY
AUTHORS 

Livro também disponível na plataforma
www.booksbyauthors.com

2.^a Edição
Londrina/PR
2020


THOTH
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth. Londrina/PR.
 www.editorathoth.com.br
 contato@editorathoth.com.br
 Diagramação e Capa: Editora Thoth
 Revisão: os autores. Editor chefe: Bruno Fuga
 Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes
 Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinatti • Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bianco Zalmora Garcia • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Elve Miguel Cenci • Prof. Dr. Fábio Fernandes Neves Benfatti • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof.ª. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.ª. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Me. Smith Robert Barreni • Prof. Me. Thiago Caversan Antunes • Prof. Me. Thiago Moreira de Souza Sabião • Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Carvalho • Prof. Me. Tiago Brene Oliveira • Prof. Dr. Zulmar Fachin

D598

Direito penal econômico: administrativização do direito penal, criminal compliance e outros temas contemporâneos - 2.ª Edição / coordenação Fábio André Guaragni, Marion Bach ; organização Fernando Martins Maria Sobrinho. -- Londrina, PR: Thoth, 2020.
 319 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-86300-80-2

1. Direito penal econômico. 2. Programas de compliance. 3. Crime fiscal. I. Guaragni, Fábio André. II. Bach, Marion. III. Maria Sobrinho, Fernando Martins. IV. Título.

CDD 345.810268

Índices para catálogo sistemático
 1. Direito Penal Econômico : 345.810268

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.
 Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES.....	5
APRESENTAÇÃO À 1ª. EDIÇÃO	9

CAPÍTULO I

Camila Rodrigues Forigo

O CRIMINAL COMPLIANCE E A AUTORREGULAÇÃO REGULADA: PRIVATIZAÇÃO NO CONTROLE À CRIMINALIDADE ECONÔMICA.....	21
INTRODUÇÃO	21
1 A CRIMINALIDADE ECONÔMICA NO CENÁRIO GLOBALIZADO.....	22
2 A PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO NO BRASIL.....	28
3 O CRIMINAL COMPLIANCE E A AUTORREGULAÇÃO REGULADA ..	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	44

CAPÍTULO II

Evelin Steidel

Fábio André Guaragni

DESVIOS DE PERSONALIDADE EM GRUPOS EMPRESARIAIS E NEUTRALIZAÇÃO POR COMPLIANCE: UMA TENTATIVA PARA MINIMIZAR O IMPACTO DA CORRUPÇÃO NO HORIZONTE DA CRIMINALIDADE?	49
INTRODUÇÃO	49
1 CORRUPÇÃO ENQUANTO OBJETO DA PSICANÁLISE E DA PSICOLOGIA.....	50
1.1. A CORRUPÇÃO NA ÓTICA DA PSICANÁLISE.....	51
1.1.1 Campo individual.....	52
1.1.2 Campo intersubjetivo.....	53
1.1.3 Campo Institucional.....	54
1.2 O OLHAR DA PSICOLOGIA COGNITIVA SOBRE A CORRUPÇÃO E OS DESVIOS COGNITIVOS NAS AÇÕES EM GRUPO.....	55

2 A INFLUÊNCIA DOS DESVIOS COGNITIVO-COMPORTAMENTAIS NAS PRÁTICAS ANTIÉTICAS E DELITIVAS DENTRO DE EMPRESAS	59
3 COMPLIANCE: CONCEITO, NATUREZA E ORIGEM	64
3.1 DEVER DE VIGILÂNCIA: POSIÇÃO DE GARANTE E DELEGACÃO DA VIGILÂNCIA	68
3.2 COMPLIANCE OFFICERS.....	69
4 NEUTRALIZAÇÃO DOS DESVIOS COGNITIVO-COMPORTAMENTAIS E DA CORRUPÇÃO DENTRO DAS INSTITUIÇÕES ATRAVÉS DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE	71
4.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO	72
4.2 CÓDIGO DE CONDUTA E SANÇÕES DISCIPLINARES	74
4.3 CANAIS DE DENÚNCIA	75
4.4 INVESTIGAÇÕES INTERNAS	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	79

CAPÍTULO III

Fábio André Guaragni

Marion Bach

TÉCNICAS DE REENVIO DO DIREITO PENAL AO DIREITO ADMINISTRATIVO E AS REGRAS DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO.....	83
INTRODUÇÃO	83
1 ADMINISTRATIVIZAÇÃO DO DIREITO PENAL E ACESSORIEDADE ADMINISTRATIVA.....	84
2 NORMA PENAL EM BRANCO E LEI PENAL NO TEMPO	86
3 TIPOS PENAS ABERTOS E LEI PENAL NO TEMPO.....	92
4 REMISSÕES A ATOS CONCRETOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEI PENAL NO TEMPO.....	97
CONCLUSÃO.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103

CAPÍTULO IV

Fernanda Miquelussi Da Silva

O DIREITO PENAL E AS POSIÇÕES DE GARANTE: TRAGÉDIA DO RIO DOCE.....	107
INTRODUÇÃO	107
1 SOCIEDADE DE RISCO E DIREITO PENAL	108

2 CRIMES OMISSIVOS.....	110
2.1 AS ESPÉCIES DOS CRIMES OMISSIVOS E SEUS CRITÉRIOS DE DIFERENCIAÇÃO.....	113
2.2 CRIMES OMISSIVOS IMPRÓPRIOS: A POSIÇÃO DE GARANTE....	114
2.3 ANÁLISE DO ARTIGO 13, 2º, CP.....	115
3 ANÁLISE DO CASO CONCRETO: DESASTRE DE MARIANA/MG	117
3.1 RESPONSÁVEIS PELOS DANOS.....	117
3.2 AUSÊNCIA DE UM PLANO EFICAZ DE CONTENÇÃO.....	119
4 CONSEQUÊNCIAS DO DESASTRE.....	120
CONCLUSÃO.....	121
REFERÊNCIAS.....	122

CAPÍTULO V

Fernando Martins Maria Sobrinho

O ERRO NOS DELITOS ECONÔMICOS UMA ANÁLISE SOB O FOCO DA LEI PENAL EM BRANCO	125
INTRODUÇÃO: TÉCNICAS DE REENVIO E DIREITO PENAL ECONÔMICO.....	125
1 MODALIDADES DE REENVIO	127
1.1 NORMA PENAL EM BRANCO.....	127
2 O DIREITO PENAL ECONÔMICO COMO CAMPO DE UTILIZAÇÃO DAS TÉCNICAS DE REENVIO: UM SIGNO DA APROXIMAÇÃO DO DIREITO PENAL E DO DIREITO ADMINISTRATIVO	129
2.1 DELIMITAÇÃO DO DIREITO PENAL ECONÔMICO: DPE EM SENTIDO ESTRITO.....	131
2.2 DELIMITAÇÃO DO DIREITO PENAL ECONÔMICO: DPE EM SENTIDO AMPLO.....	132
3 O TRATAMENTO DO ERRO NA ATUALIDADE DO DIREITO PENAL ECONÔMICO.....	133
3.1 O TRATAMENTO DO ERRO DE TIPO.....	133
3.2 O TRATAMENTO DO ERRO DE PROIBIÇÃO.....	135
4 ANÁLISE DE ELEMENTOS DESCRITIVOS, NORMATIVOS, DE VALORAÇÃO GLOBAL E QUE REMETEM A NORMAS PENAIAS EM BRANCO	141
REFERÊNCIAS	148

CAPÍTULO VI**Gustavo Britta Scandelari**

INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVA E PENAL: A INDEPENDÊNCIA NA TEORIA E NA PRÁTICA DOS CRIMES TRIBUTÁRIOS	153
INTRODUÇÃO	153
1 SANÇÃO PENAL COMO ULTIMA RATIO	155
2 DIREITO PENAL COMO “TÉCNICA AUXILIAR DE ARRECADAÇÃO”: A ADMINISTRATIVIZAÇÃO	160
3 A INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVA E PENAL EM CRIMES TRIBUTÁRIOS NA TEORIA	170
4 A INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVA E PENAL EM CRIMES TRIBUTÁRIOS NA PRÁTICA	174
CONCLUSÃO.....	177
REFERÊNCIAS	178

CAPÍTULO VII**Márcia De Fátima Leardini Vidolin Dresch****Douglas Rodrigues Da Silva**

LAVAGEM DE DINHEIRO: UM ESTUDO SOBRE A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA E A POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO DO ADVOGADO.....	183
INTRODUÇÃO	183
1 O DIREITO PENAL COMO PROTETOR DE BENS JURÍDICOS.....	185
1.1 A CONCEPÇÃO DE BEM JURÍDICO	187
1.2 A LAVAGEM DE DINHEIRO E O BEM JURÍDICO PROTEGIDO ...	190
2 DOS SUJEITOS DO CRIME.....	195
3 A QUESTÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO.....	196
3.1 A LEI N. 9.613/98 ANTES DAS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS: A QUESTÃO DO DOLO DIRETO.....	196
3.2 O ADVENTO DA LEI N. 12.683/2012: O DOLO EVENTUAL E A CEGUEIRA DELIBERADA	199
3.2.1 A teoria da cegueira deliberada e a afirmação do dolo eventual	204
3.2.2 O problema da conduta equiparada e o papel do advogado	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
REFERÊNCIAS	214

CAPÍTULO VIII**Michelle Giron da Cabrera**

A SOCIOLOGIA DO RISCO COMO SUPORTE POLÍTICO CRIMINAL DOS DELITOS CULPOSOS E SEU IMPACTO NO DIREITO PENAL ECONÔMICO	219
1 SOCIEDADE DE RISCO	219
2 DIREITO PENAL DO RISCO	222
3 DIREITO PENAL ECONÔMICO	225
4 A INTENSIFICAÇÃO DOS CURSOS CAUSAIS	228
5 DIFICULDADES DE IMPUTAÇÃO PELA PERSEGUIÇÃO DA QUEBRA DE DEVER DE CUIDADO NO DIREITO PENAL ECONÔMICO	231
6 O INCREMENTO DE CRIMES CULPOSOS DE PERIGO COMO “CERCO” ÀS ATIVIDADES DE RISCO	235
CONCLUSÕES	238
REFERÊNCIAS	240

CAPÍTULO IX**Pedro Augusto Amaral Dassan****Cassiano Gil****Ricardo de Sousa Fonseca**

A NOVA CRIMINOLOGIA ADMINISTRATIVA	245
INTRODUÇÃO	245
1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS	248
2 TEORIAS INCORPORADAS	253
2.1 TEORIA DA ATIVIDADE DE ROTINA	253
2.2 TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL	259
2.3 PREVENÇÃO SITUACIONAL	263
3 CRÍTICAS	269
CONSIDERAÇÕES FINAIS	273
REFERÊNCIAS	274

CAPÍTULO X**Adriane Garcel**

A DESCONSTITUIÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO E O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	279
INTRODUÇÃO	279
1 O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL - ANPP	280
1.1 OS REQUISITOS E A INAPLICABILIDADE DO ANPP	284

1.2 O PROCEDIMENTO do ANPP.....	286
2 O LIMITE TEMPORAL.....	287
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	295
REFERÊNCIAS.....	296

CAPÍTULO XI

Rodrigo Campos Hasson Sayeg

Fábio André Guaragni

DA APLICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NOS PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO INTERNA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO PROCESSO CRIME.....	299
INTRODUÇÃO.....	299
1 O QUE É O COMPLIANCE.....	300
2 DAS GARANTIAS DO ACUSADO.....	305
3 DA APLICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS.....	307
3.1 EXEMPLOS DA APLICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM PROCEDIMENTOS DE COMPLIANCE.....	312
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	317
REFERÊNCIAS.....	318